

Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste
Instituto das Cidades



Magaly Marques Pulhez, Arquiteta e Urbanista

Doutora pela Universidade de São Paulo (USP)

1ª colocada no Concurso Público nº 266-7/2017 da Unifesp.

TEMA: Reforma Urbana e Política Habitacional

Resultado homologado em sessão do Conselho Universitário no dia 11/10/2017.

Pode se apresentar brevemente, contando sua trajetória acadêmica e profissional?

Eu sou arquiteta e urbanista, formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com mestrado e doutorado também em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de São Paulo. Acabo de finalizar um pós-doutorado no Centro de Estudos da Metrópole (CEM), um centro avançado de pesquisa em Ciências Sociais, ligado à Universidade de São Paulo e ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Desde a graduação, a temática da habitação de interesse social sempre foi o fio condutor das minhas atividades acadêmicas e profissionais. Minha pesquisa de mestrado foi sobre projetos de urbanização de favelas e sobre a atuação de arquitetos e urbanistas no desenvolvimento destes projetos. No doutorado, desloquei a escala de abordagem, passando da análise projetual para o desenho da política habitacional propriamente dita, com seus agentes e instituições, partindo do Estado, passando pelo setor empresarial e alcançando os arquitetos na ponta do processo de definição e implementação da política. Já o pós-doutorado, de certo modo, foi o momento de minorar a ênfase no interesse por esta política setorial específica para redirecioná-lo a um questionamento sobre o próprio Estado, suas formas de funcionamento, arranjos institucionais e governança, o que só foi possível estando em um centro de pesquisa como o CEM.

Profissionalmente, a grande maioria dos trabalhos que desenvolvi se articula com as temáticas dos trabalhos acadêmicos, com foco central no planejamento, no projeto, na produção e na gestão do espaço urbano e habitacional, e algumas alternâncias com a

atividade propriamente projetual. Estive durante quase dez anos vinculada ativamente ao coletivo TEIA Casa de Criação, organização não governamental sem fins lucrativos, de caráter interdisciplinar, que desenvolve, fomenta, executa, dá apoio e assessoria a projetos e pesquisas nas áreas de arquitetura, urbanismo, tecnologia, educação, comunicação e artes, com sede em São Carlos (SP). Ali, participei e coordenei equipes de trabalhos como os Planos de Habitação de Interesse Social de São Carlos e de Araraquara, projetos de urbanização de favelas e o Projeto Água Quente, que envolveu ações socioeducativas e intervenções urbanas e ambientais na cidade de São Carlos. Além disso, entre 2008 e 2015, fui professora de dois cursos particulares de Arquitetura e Urbanismo, com uma vivência cotidiana intensa do ambiente de sala de aula.

Como você se interessou em ser professora no Campus Zona Leste da Unifesp e o que vê de potencial no Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades?

O que me interessou em ser professora da Unifesp foi justamente o ineditismo do Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades e sua visão integradora e não compartimentada do que seja atuar na construção de cidades justas, acessíveis e de qualidade. Aposta em práticas de formação integradas e multidimensionais que dialoguem com a realidade de São Paulo, especialmente da Zona Leste, e que, sobretudo, abram perspectivas críticas e inventivas de atuação profissional sobre o território.

Também a ideia de um campus construído coletivamente, com a participação dos movimentos sociais, envolvendo a população e suas demandas, desde o início desenvolvendo uma outra relação entre universidade e sociedade, horizontal e retroalimentada, com forte ênfase na extensão, é algo bastante instigante e motivador.

Em linhas gerais, qual a proposta de ensino, pesquisa e extensão que você apresentou no concurso? No que ela poderá colaborar com o Instituto e com a Zona Leste?

Minha proposta partiu justamente de um questionamento da ideia de participação e sua efetividade, tendo como mote a produção habitacional autônoma da periferia e a relação que a universidade pode e deve estabelecer com ela, numa tentativa de desencadear um processo cooperativo e retroalimentado de construção de conhecimento sobre o urbano e de intervenção ativa na realidade.

Associando pesquisa e extensão numa mesma frente integrada de atividades, propus a concepção e a implementação daquilo que chamei de Núcleos Autônomos de Gestão e Produção Habitacional (NAGPH), que devem funcionar como agremiação de moradores e técnicos (entre outros agentes) para produção de melhorias, expansão e/ou construção de novas unidades habitacionais em áreas precárias, cujo atendimento público é insuficiente. Os NAGPHs deverão ser viabilizados através da articulação entre universidades (Unifesp e outras) e a população da Zona Leste, além de outros agentes possíveis, como sindicatos, conselhos e institutos profissionais, ONGs, movimentos sociais, etc. A ideia é que a estruturação dos NAGPH não parta

necessariamente de demandas organizadas, embora grupos já estruturados em torno de questões específicas e variadas (infância e juventude, educação, cultura, etc., por exemplo) possam auxiliar no contato prévio com parcelas de moradores que se interessem por mobilizar-se em torno dos trabalhos nos núcleos.

Existe uma referência clara aí ao projeto “Arquitetura na Periferia”, de assessoria técnica a mulheres em áreas periféricas de Belo Horizonte, numa perspectiva de que iniciativas desse tipo possam ganhar reprodutibilidade, de um lado, fazendo enriquecer a formação profissional dos estudantes e técnicos envolvidos e, de outro, dialogando técnica e politicamente com a população de regiões periféricas com áreas precarizadas, como é o caso da Zona Leste. Isso, além de interferir positivamente, é claro, nas condições de vida, na qualidade habitacional e da paisagem destas mesmas áreas, algo com o que a universidade considerar, sobretudo no caso do Instituto das Cidades, tendo em vista os propósitos de seu Projeto Político Pedagógico.

Temos agora um enorme desafio de continuar a implantação desse Campus num contexto adverso à expansão da universidade pública. Como vê essa situação e como podemos fazer frente à ela?

A situação é das mais preocupantes, porque o contexto não é adverso apenas à expansão da universidade pública, mas aos investimentos públicos de forma geral, com investidas privatistas temerárias e muito pouco debatidas com a população. Nesse sentido, a implementação desse campus não se trata apenas de uma construção institucional, mas sim de uma forma de resistência às reformas que estão colocando em xeque a qualidade do ensino público superior no Brasil. Acredito que o envolvimento da população, movimentos sociais, entidades profissionais etc., é fundamental e deve tornar coletiva essa tarefa, na contramão dos processos decisórios centralizados que hoje prevalecem no país.